

1.000

QUESTÕES PARA A

PM-TO
SOLDADO

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	11
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	11
→ ACENTUAÇÃO.....	12
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	13
→ ARTIGO	14
→ SUBSTANTIVO	14
→ ADJETIVO	15
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	17
→ ADVÉRBIO	18
→ PREPOSIÇÃO.....	20
→ CONJUNÇÃO.....	21
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	23
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	24
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	25
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	26
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	33
→ CRASE.....	34
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	38
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	41
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	44
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	57
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	60
→ GABARITO 	66
 HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO TOCANTINS.....	 69
→ GEOGRAFIA - GEOGRAFIA DO TOCANTINS	69
→ HISTÓRIA - HISTÓRIA DO TOCANTINS.....	73
→ GABARITO 	74

RACIOCÍNIO LÓGICO 75

→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	75
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	75
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA.....	75
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	76
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	76
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	77
→ ARGUMENTOS INDUTIVOS, ARGUMENTOS POR ABDUÇÃO	78
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	78
→ EXERCÍCIOS DE “VERDADE/MENTIRA”	79
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	80
→ ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO	80
→ GABARITO 	81

MATEMÁTICA 83

→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	83
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	83
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	83
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	84
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	84
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	85
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	85
→ PORCENTAGEM.....	85
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	86
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	86
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	87
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	87
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	88
→ GABARITO 	88

NOÇÕES DE INFORMÁTICA..... 91

→ WINDOWS 10.....	91
→ LINUX / UNIX	93
→ WORD 2019.....	93
→ EXCEL 2019.....	94
→ POWERPOINT 2019	96
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	97
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO	97
→ PROTOCOLOS DE REDES.....	98

→ CONCEITOS DE INTERNET.....	98
→ INTRANET E EXTRANET.....	99
→ INTERNET EXPLORER.....	99
→ GOOGLE CHROME.....	99
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....	100
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	101
→ COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	101
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	101
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	102
→ FIREWALL E PROXY.....	102
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	103
→ BACKUP.....	103
→ GABARITO 	104

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL..... 105

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	105
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	107
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	112
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	113
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS).....	113
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	114
→ PERDA DA NACIONALIDADE.....	114
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE).....	115
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....	116
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	117
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	117
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988).....	118
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	119
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	120
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	120
→ GABARITO 	121

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO..... 123

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	123
→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	123
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	123
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	124
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	125
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	125
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	126

→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	126
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	127
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	128
→ PODER REGULAMENTAR.....	129
→ PODER HIERÁRQUICO	129
→ PODER DISCIPLINAR	130
→ PODER DE POLÍCIA.....	131
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)	132
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	133
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	134
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	135
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	136
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	137
→ CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS	137
→ GABARITO 	138

NOÇÕES DE DIREITO PENAL..... 139

→ ELEMENTOS DO FATO TÍPICO	139
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP)	139
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....	139
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	140
→ TIPICIDADE E RESULTADO	142
→ NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (ART. 13, § 1º, DO CP)	142
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	142
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP).....	143
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	144
→ CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE.....	145
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	145
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS (ART. 327 DO CP).....	146
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	146
→ PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP).....	147
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	147
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	148
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	149
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	149
→ VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325 DO CP).....	150
→ DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (ART. 328 A 337-A DO CP).....	150
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (ARTS. 338 A 359 DO CP).....	151
→ DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (ARTS. 359-A A 359-H DO CP)	152

→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS	153
→ GABARITO 	154

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL.....155

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	155
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	156
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	158
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP)	160
→ DOS ASSISTENTES (ARTS. 268 A 273 DO CPP)	161
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 274 A 281 DO CPP).....	161
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	161
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	162
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	163
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP)	164
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	165
→ ALCANCE DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ART. 394 DO CPP).....	166
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP).....	167
→ FASE INSTRUTÓRIA (ARTS. 399 A 405 DO CPP)	168
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP)	169
→ DO PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (ARTS. 531 A 538 DO CPP)	170
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518 DO CPP)	170
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP).....	170
→ GABARITO 	171

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR.....173

→ APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR (ARTS. 1º A 28 DO CPM).....	173
→ DO CRIME (ARTS. 29 A 47 DO CPM).....	173
→ DA IMPUTABILIDADE PENAL MILITAR (ARTS. 48 A 52 DO CPM).....	174
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 69 A 83 DO CPM)	174
→ DA SUSPENSÃO CONDICIONADA (ARTS. 84 A 88 DO CPM)	175
→ PENAS ACESSÓRIAS (ARTS. 98 A 109 DO CPM)	175
→ DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO (ART. 109 DO CPM).....	175
→ DO MOTIM E DA REVOLTA (ARTS. 149 A 153 DO CPM)	176
→ DA DESERÇÃO (ARTS. 187 A 194 DO CPM).....	177
→ DO ABANDONO DE POSTO E DE OUTROS CRIMES EM SERVIÇO (ARTS. 195 A 203 DO CPM)	177
→ DOS CRIMES CONTRA A PESSOA (ARTS. 205 A 239 DO CPM)	178
→ DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 240 A 267 DO CPM).....	179
→ PECULATO (ARTS. 303 E 304 DO CPM).....	179

→ DA CORRUPÇÃO (ARTS. 308 A 310 DO CPM).....	179
→ GABARITO 	180

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR.....181

→ DA LEI PROCESSUAL PENAL MILITAR E SUA APLICAÇÃO (ARTS. 1º A 6º DO CPPM)	181
→ DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (ARTS. 9º A 28 DO CPPM).....	181
→ DA AÇÃO PENAL MILITAR E DA DENÚNCIA (ARTS. 29 A 33 E 77 A 81 DO CPPM).....	182
→ DO FORO E DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR (ARTS. 82 A 121 DO CPPM).....	182
→ DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA (ARTS. 220 A 276 DO CPPM)	182
→ DOS ATOS PROBATÓRIOS (ARTS. 294 A 383 DO CPPM).....	183
→ DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (ARTS. 384 A 450 DO CPPM)	183
→ DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS (ARTS. 451 A 498 DO CPPM).....	183
→ GABARITO 	183

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS

1. (FGV — 2024) A diretriz segundo a qual ninguém pode ser punido criminalmente antes do trânsito em julgado da decisão condenatória retrata

- a) o princípio da ampla defesa.
- b) o princípio do contraditório.
- c) o princípio da presunção de inocência.
- d) o princípio da paridade de armas.
- e) o princípio da inafastabilidade.

2. (FGV — 2023) Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.
- b) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.
- c) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.
- d) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.
- e) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

3. (FGV — 2023) João, após ser condenado em diversos processos criminais, com sentenças transitadas em julgado, pela prática de crimes contra o patrimônio, veio a falecer. João fora condenado a penas (1) privativas de liberdade e de (2) prestação de serviços à comunidade, bem como a (3) ressarcir os danos que causara aos lesados. Em razão desse quadro, seus herdeiros ficaram preocupados com a possibilidade de terem de cumprir as penas aplicadas a João e ainda não cumpridas.

Ao procurarem a orientação de um advogado, foi corretamente informado aos herdeiros, considerando as três medidas impostas a João, que:

- a) somente podem vir a cumprir as medidas 2 e 3;
- b) somente podem vir a cumprir a medida 3;
- c) somente podem vir a cumprir a medida 1;
- d) não devem arcar com nenhuma delas;
- e) devem arcar com todas elas.

4. (FGV — 2023) João ingressou em um ônibus e, mediante grave ameaça, consubstanciada no emprego de arma de fogo, exigiu a entrega dos telefones celulares dos passageiros.

Ato contínuo, João se evadiu, vindo a ser capturado em flagrante por policiais que realizavam patrulhamento de rotina na região.

Após os fatos, João foi encaminhado à Delegacia de Polícia, onde manifestou o desejo de ser informado sobre o nome dos policiais que lhe prenderam. Nesse cenário, considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal, é correto afirmar que:

- a) a prisão de João deverá ser comunicada ao juiz competente, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e à seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- b) a prisão de João deverá ser comunicada ao juiz competente, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e à Defensoria Pública, no prazo de 24 horas, para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- c) João tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, desde que assine termo de compromisso de manter a informação sob sigilo;
- d) a prisão de João deverá ser comunicada imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;
- e) João não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, considerando o caráter inquisitorial do inquérito policial.

5. (FGV — 2023) João é investigado pela suposta prática do crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, persequível mediante ação penal pública incondicionada. Preenchidos os requisitos legais, o Ministério Público celebrou, com João, Acordo de Não Persecução Penal, devidamente homologado pelo juízo competente, na persecução penal pré-processual.

Nesse cenário, se caracteriza exceção ao seguinte princípio da ação penal pública:

- a) intrascendência;
- b) indisponibilidade;
- c) obrigatoriedade;
- d) indivisibilidade;
- e) oficialidade.

6. (FGV — 2022) Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, o “poder geral de cautela”:

- a) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito às cautelares pessoais que, de alguma forma, restrinjam o direito de ir e vir da pessoa;
- b) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há incidência do princípio do procedimento tipificado;

- c) pode ser aplicado ao processo penal, não havendo restrição a ele, pois há incidência da teoria dos poderes implícitos, capacitando o juiz criminal a atuar de forma livre;
- d) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há proibição decorrente do princípio do nemo tenetur se detegere e da vedação à analogia in malam partem;
- e) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito ao procedimento probatório que, de alguma forma, afete o direito de defesa.

7. (FGV – 2022) Considerando os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06/11/1992, contudo não possui previsão expressa na Constituição da República de 1988.

() O indivíduo, que possui contra si mandado de prisão em aberto e que apresenta documento de identidade falso no momento da abordagem policial, não comete o crime disposto no Art. 304 do Código Penal (uso de documento falso), posto que está exercendo o seu direito de autodefesa.

() A publicidade restrita é regra geral dos atos processuais no processo penal, ao passo que a publicidade ampla é exceção e ocorre nas situações expressamente previstas em lei, dependendo de decisão judicial no caso concreto.

() Durante a investigação criminal, a defesa técnica é imprescindível, em razão da observância dos princípios do contraditório e ampla defesa do acusado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) V – F – F – V.
- b) V – F – F – F.
- c) F – V – V – F.
- d) F – V – V – V.

8. (FGV – 2022) 8) Hermes foi denunciado pelo delito de falsidade ideológica eleitoral (Art. 350 do Código Eleitoral), corrupção passiva (Art. 317 do Código Penal) e lavagem de dinheiro (Art. 1º da Lei nº 9.613/1998), pois, na qualidade de servidor público, recebeu propina de uma empresa para deixar de atuar na sua atividade-fim, ocultando, na sequência, esse valor, por meio da simulação de uma atividade lícita. Tendo se candidatado a cargo eletivo, falseou sua declaração de bens eleitorais, para manter a ocultação dos valores indevidamente auferidos. A Justiça Eleitoral absolveu Hermes das imputações, entendendo que não havia qualquer ilícito eleitoral. Ato seguinte, Hermes foi denunciado pelo Ministério Público estadual, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, repetindo o articulado na denúncia oferecida anteriormente na Justiça Eleitoral.

A nova imputação deve ser:

- a) recebida, pois, ao absolver o réu do delito eleitoral, a Justiça Especializada deixou de ter competência;
- b) recebida, pois houve alteração substancial na imputação, com a exclusão do contexto delitivo-eleitoral;
- c) recebida, pois os delitos comuns não são acobertados pela coisa julgada da Justiça Eleitoral;
- d) rejeitada, com base no princípio da vedação à dupla incriminação, limite derivado da coisa julgada;
- e) não recebida, pela ausência de possibilidade jurídica do pedido.

→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)

9. (FGV – 2025) João, agindo com dolo, efetuou disparos de arma de fogo em Bruno, seu desafeto, o qual, imediatamente, faleceu, ensejando forte repercussão social na municipalidade. Assim que tiver conhecimento da infração penal, a autoridade policial pode, com base no Código de Processo Penal, assumir os procedimentos a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades, se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicados pela pessoa presa.
- b) Deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- c) Deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos investigadores de polícia.
- d) Deverá determinar, se for o caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.
- e) Deverá colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

10. (FGV – 2024) Nos termos da legislação processual vigente, em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que

- a) a polícia judiciária será exercida pelo Ministério Público e pelas Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.
- b) a polícia judiciária será exercida pelas Forças Armadas no Distrito Federal e pela Polícia Civil nos Estados.
- c) a polícia judiciária será exercida por juízes especificamente designados no âmbito de cada Tribunal.
- d) a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições.
- e) a polícia judiciária será exercida pela Polícia Federal nos casos de crimes graves de repercussão internacional.

11. (FGV – 2024) João, delegado de polícia, foi cientificado sobre a ocorrência, na circunscrição da sua unidade policial, de um crime de latrocínio tentado, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Dessa forma, a autoridade policial, independentemente de qualquer provocação por parte da vítima, deflagrou um inquérito policial visando à apuração dos fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a atuação de João, ao deflagrar a investigação, é uma manifestação da:

- a) discricionariedade do inquérito policial;
- b) confidencialidade do inquérito policial;
- c) indisponibilidade do inquérito policial;
- d) dispensabilidade do inquérito policial;
- e) oficiosidade do inquérito policial.

12. (FGV – 2024) Em relação à investigação penal, é correto afirmar que

- a) a autoridade policial pode mandar arquivar o inquérito, caso entenda que não restaram descobertos indícios de autoria e materialidade delitiva.
- b) nos casos de infração de menor potencial ofensivo, a peça conclusiva do inquérito policial é o termo circunstanciado.
- c) havendo requerimento de medida cautelar durante o inquérito policial, é obrigatória a intimação da parte investigada por respeito ao princípio do contraditório.
- d) a composição dos danos civis homologada judicialmente não impede a vítima de exercer o direito de queixa ou representação.

- e) o inquérito policial não é indispensável à propositura da ação penal nos crimes em que somente se procede mediante queixa do ofendido.

13. (FGV – 2024) Acerca do inquérito policial, assinale a afirmativa correta.

- a) O inquérito policial não pode ser encerrado antes de esgotado o prazo legal de sua duração, salvo por solicitação de arquivamento pelo Ministério Público.
- b) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial pode ser instaurado mediante requisição da vítima, do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- c) O requerimento de instauração do inquérito policial deve obrigatoriamente conter a individualização do indiciado e as razões de convicção sobre a autoria delitiva.
- d) Qualquer pessoa pode comunicar a ocorrência de infração penal à autoridade policial, que deverá obrigatoriamente instaurar inquérito policial.
- e) Nos crimes em que a ação penal depender de representação, o inquérito policial não poderá ser iniciado sem essa providência.

14. (FGV – 2023) Relativamente ao inquérito policial, às autoridades que nele atuam e às diligências nele levadas a efeito, é correto afirmar que poderá:

- a) a autoridade policial mandar arquivar autos de inquérito de ofício ou a requerimento da defesa técnica do ofendido;
- b) o juiz decretar a prisão temporária do indiciado de ofício, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;
- c) o juiz decretar a incomunicabilidade do indiciado, a requerimento da autoridade policial ou do órgão do Ministério Público, por até 5 dias;
- d) o inquérito ser instaurado de ofício pela autoridade policial nos crimes cuja ação penal depender de iniciativa do ofendido;
- e) o órgão do Ministério Público requerer ao juiz a devolução do inquérito à autoridade policial para a realização de diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

15. (FGV – 2022) De acordo com a alteração determinada pela Lei nº 13.964/2019, o indiciado poderá constituir defensor nos casos em que policiais figurarem como investigados em inquéritos policiais ou qualquer outra forma de investigação preliminar, cujo objeto seja fato relacionado ao uso da força letal:

- a) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada;
- b) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma consumada;
- c) desde que praticado no exercício profissional, de forma tentada;
- d) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma tentada;
- e) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada ou tentada.

16. (FGV – 2022) A propósito do inquérito policial, é correto dizer que

- a) o delegado de polícia pode arquivar inquéritos policiais por ele instaurados.
- b) nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada, uma das formas de instauração do inquérito policial se dá pela requisição do Ministério Público.
- c) o inquérito policial é a única forma de investigação preliminar existente no processo penal brasileiro.

- d) o Código de Processo Penal prevê que o inquérito policial terá, em qualquer caso, duração de 20 dias.

- e) nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada, o inquérito pode ser iniciado pelo delegado sem necessidade de representação.

17. (FGV – 2022) A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.

Apesar da realização de diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia. A partir dos dados apresentados, é correto afirmar que, no caso,

- a) o delegado deve arquivar diretamente o inquérito policial, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.
- b) o delegado pode promover o arquivamento do inquérito, devendo o membro do Ministério Público acompanhar a manifestação ou recorrer ao chefe de polícia.
- c) embora não possa arquivar diretamente o inquérito, as conclusões do delegado de polícia vinculam o órgão do Ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.
- d) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; entretanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.
- e) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; caso haja o arquivamento por determinação da autoridade competente, não pode haver o desarquivamento e a continuidade das investigações, ainda que surjam notícias de novas provas.

18. (FGV – 2022) No curso de inquérito que apurava a prática de crime de tráfico de pessoas, previsto no Art. 149-A do Código Penal, a autoridade policial entendeu imprescindível às investigações o acesso a informações cadastrais dos suspeitos, passíveis de obtenção junto a empresas privadas.

Com base na situação narrada, aponte a afirmativa correta acerca da investigação do crime em questão.

- a) O Código de Processo Penal permite que o delegado de polícia requirite as informações cadastrais diretamente às empresas da iniciativa privada, que devem fornecê-las no prazo de 24 horas, independentemente de autorização judicial.
- b) O delegado de polícia pode requisitar às empresas privadas o fornecimento das informações cadastrais dos suspeitos, mediante autorização judicial. Não havendo manifestação do juiz competente no prazo de 12 horas, a requisição pode ser feita diretamente à empresa.
- c) O delegado de polícia pode requisitar diretamente às empresas privadas o fornecimento das informações cadastrais, que devem ser fornecidas no prazo de 72h, sendo apenas comunicado o juiz.
- d) O Código de Processo Penal permite que o delegado de polícia requirite informações cadastrais diretamente às empresas da iniciativa privada apenas quando há apuração dos crimes de sequestro, extorsão mediante sequestro e redução a condição análoga à de escravo, não estando prevista em lei a requisição no caso de tráfico de pessoas.
- e) O Código de Processo Penal permite que o delegado de polícia requirite as informações cadastrais diretamente às empresas da iniciativa privada, que devem fornecê-las no prazo de 12 horas, independentemente de autorização judicial.